

Este número especial da revista reúne artigos resultantes de pesquisas que lançam mão de diferentes perspectivas teórico-metodológicas e constituem relevante contribuição no campo das políticas públicas de educação e da formação de professores. Seus autores analisam diretrizes, programas e projetos que vêm sendo implementados no contexto das reformas da educação no Brasil e debatem temas candentes nessa área do conhecimento, tais como as questões que afetam os processos de gestão de sistemas e de escolas públicas, assim como as práticas pedagógicas.

De um lado, a divulgação de estudos que se dedicam a examinar no cotidiano das redes escolares os desdobramentos das medidas advindas das políticas educacionais é fundamental para se desvendar os complexos caminhos da educação. De outro, a análise de programas e projetos de governo contribuem para elucidar propósitos e intenções oficiais que promovem desdobramentos nas redes de escolas, reorganizando e/ou deslocando práticas já instaladas.

Assim, na primeira parte da revista temos o artigo de Marcos Eduardo dos Santos e Sanny Silva da Rosa discutindo os sentidos atribuídos pelos professores à formação continuada desenvolvida no Projeto Espaço Aprendizagem em escolas públicas do município do Guarujá, no estado de São Paulo.

Na sequência, Maria de Fátima Barbosa Abdalla analisa possibilidades e perspectivas de implementação do PARFOR, com base em resultados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais, junto a 43 professores-estudantes de uma instituição de educação superior comunitária, contribuindo relevantemente para a reflexão necessária sobre as questões que afetam a formação e a profissionalização docente no estado de São Paulo.

Nessa mesma perspectiva, Branca Jurema Ponce e Vanessa Rossi Americano abordam o trabalho e as práticas do professor substituto, tomando como ponto de partida a *Complementação de Jornada (CJ)* da Rede Municipal de Educação de São Paulo. As autoras analisam os resultados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes sindicais, coordenadores pedagógicos e professores do Ensino Fundamental II, com base nas categorias de precarização e autonomia do professor.

Amália Galvão Idelbrando e Helena Machado de Paula Albuquerque verificam possíveis relações entre as ações de um Grêmio Estudantil de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo, com o propósito de desvendar os caminhos de formação da cidadania dos alunos, com base em estudos e análises de documentos legais sobre a origem do Grêmio, de um lado; de outro, as autoras lançam mão de observações de reuniões do Grêmio Estudantil e do Conselho de Escola na rede pública municipal de São Paulo.

Luana discute a percepção dos professores de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental sobre o uso do material didático do programa “Ler e Escrever” nas escolas públicas municipais de Santos em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, com vistas a investigar a aceitação do material bem como os efeitos da formação continuada em serviço para a promoção de práticas de autoria no contexto de uma política pública de cunho prescritivo e normativo.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é analisado por Andréia da Silva Massioli e Patrícia Souza Marchand que discutem possibilidades e limites para a efetivação do regime de colaboração e as competências dos entes federados na implementação do referido programa em quatro municípios do RS.

Da mesma forma, na sequência, Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches e Henrique Guimarães Coutinho também discutem dados relativos à atuação de Conselheiros Municipais de Educação no Plano de Ações Articuladas - PAR da Região Nordeste. O texto analisa especificamente as inter-relações do Conselho Municipal de Educação e sua contribuição na melhoria da qualidade de políticas públicas educacionais.

Enfim, os textos aqui reunidos refletem as preocupações de especialistas que têm se dedicado a examinar as políticas e a gestão nos sistemas de ensino e as relações que se estabelecem nos espaços educacionais decorrentes de processos interativos e/ou formativos, visualizando-os como *locus* no qual se constroem possibilidades e limites para (re)construção de relações mais democráticas e coerentes às necessidades do alunado.

A realização de pesquisas no campo das políticas educacionais, bem como da formação e do trabalho docente, vem sofrendo redirecionamentos em seus aspectos metodológicos, principalmente a partir de meados dos anos de 1980. Os artigos aqui reunidos conseguiram apontar algumas das perspectivas de investigação na área, sublinhando a relevância de se adentrar nos sistemas, redes de ensino e, sobretudo, nas escolas – ouvindo seus profissionais e observando suas práticas – como uma perspectiva metodológica que possibilita verificar de que forma suas interações e os intervenientes do trabalho cotidiano afetam a implementação dos programas de governo.

Profa. Dra. Angela Maria Martins